

INDICADORES PRELIMINARES DE PRODUÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹

Nesdete Mesquita Corrêa – PPGEdu/CCHS/UFMS²
Josilene Augusto Lobo – PPGEdu/CCHS/UFMS³
Andréa Duarte de Oliveira – PPGE/CPAN/UFMS⁴
Andressa Santos Rebelo – PPGE/CPAN/UFMS⁴

Eixo Temático: Políticas educacionais para pessoas em situação de deficiência.

Categoria: Pôster

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o esboço de quatro pesquisas em andamento, referentes a três dissertações de mestrado e a uma tese de doutorado, que apresentam como eixo norteador o estudo de políticas da educação especial elaboradas pelo Governo Federal, no bojo das políticas de educação inclusiva – o *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* e o *Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*, com foco de investigação em dois municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Os estudos partem da concepção da educação como política pública, no âmbito das políticas sociais, orientados por princípios do materialismo histórico. Para a realização das pesquisas são adotados como procedimentos metodológicos: análise documental e pesquisa de campo, bem como o uso de entrevistas e aplicação de questionário e elaboração da revisão bibliográfica. Os resultados preliminares apontam recentes avanços quanto aos aspectos legais e quanto às ações das políticas para a educação especial nos municípios pesquisados. Todavia, é importante avaliar alguns desencontros entre a proposição das políticas em nível federal e as realidades municipais investigadas, diante dos indícios observados sobre a dificuldade de incorporação, por parte dos municípios, em atender amplamente as

¹ Texto elaborado pelas orientandas da Professora Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação do CCHS/Campo Grande e do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCHS/Campo Grande e docente da mesma universidade. (nesdete@ig.com.br).

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCHS/Campo Grande. (josilene_augusto@hotmail.com).

⁴ Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* do Pantanal/CPAN/Corumbá. (andrea.madaloni@uol.com.br); (andressarbl@gmail.com).

orientações da política nacional de educação especial que visa à educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação especial – Educação inclusiva – Políticas públicas.

Introdução

Em tempos de globalização, a defesa pela inclusão de indivíduos que historicamente foram alijados dos processos sociais tornou-se necessária para a manutenção do regime econômico atual, visando amenizar o acentuado fenômeno da exclusão social presente nas relações estabelecidas na sociedade capitalista. Tal defesa trouxe implicações diretas para as questões educacionais, com incidência na elaboração das políticas públicas para a população excluída, na qual se inserem as pessoas com deficiência. Isso nos remete conceber a educação como uma política pública no âmbito das políticas sociais, em busca do aprofundamento do debate acerca da relação inclusão/exclusão presente na constituição das políticas educacionais.

No Brasil, a discussão acerca da universalização do acesso à educação básica se ampliou nas últimas décadas, com os dispositivos constantes na Constituição Federal de 1988, as metas estabelecidas pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e os princípios e as linhas de ação da Declaração de Salamanca (1994). Essas declarações passaram a ser difundidas pelo Governo Federal, como fonte inspiradora na construção da “educação inclusiva”, movimento que propõe o acolhimento de todas as crianças na escola, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, econômicas, lingüísticas ou outras. Os referidos documentos apontam a educação como necessária à diminuição das desigualdades, princípio que foi incorporado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei 9394/96, e que influenciou os demais documentos e políticas educacionais elaborados nos anos 2000, representando um marco norteador para a educação brasileira.

O Estado brasileiro passa a propor a adequação das escolas para atender *todos* os alunos, ou seja, diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer

ordem passam a ser foco do discurso da *escola para todos*. Com isso, o Brasil assumiu o desafio de planejar a política de inclusão educacional, no bojo das reformas educacionais desencadeadas a partir de meados da década de 1990, que apresentaram a tônica na descentralização da educação infantil e do ensino fundamental para as redes municipais de ensino (ARELARO, 1989; AZEVEDO, 2002), níveis em que a educação especial tem maior abrangência. No cenário apresentado, a educação especial brasileira tornou-se centro das discussões na educação em âmbito nacional, quando os sistemas municipais tiveram que se organizar para atender a *todos* independentemente das características, interesses e necessidades individuais. Com a disseminação do movimento pela educação inclusiva, a política educacional brasileira vem sendo pautada por propostas e programas governamentais, com articulação em torno dos eixos currículo, avaliação, gestão, financiamento e formação de professores (SHIROMA et al, 2000; DOURADO, 2007), inclusive as políticas norteadoras da educação especial (BRASIL, 2001; 2003; 2005; 2007c; 2008a; 2008b). Destacam-se também alguns estudos que abordam as políticas da educação especial nesse contexto. (BUENO E KASSAR, 2003; FERREIRA, 2006; PRIETO, 2006; GARCIA, 2004; PLETSCH, 2009).

Nas duas últimas gestões do Governo Federal (2003-2006; 2007-2010), a política nacional de educação especial tem recebido destaque a partir dos seguintes programas de governo, direcionados para a Educação Básica e para a Educação Superior: 1) Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2004), que visa formar gestores e educadores para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos; 2) Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007), que objetiva apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, fortalecendo o processo de inclusão nas classes de ensino comum; 3) Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – Incluir (2007), que propõe ações para o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino

superior. Dos programas em referência, os dois primeiros são foco de estudo na apresentação deste texto.

Referencial teórico

Os estudos partem da concepção da educação como política pública, no âmbito das políticas sociais (SADER, 1993; ANDERSON, 1995; AZEVEDO, 1997; HÖFLING, 2001; VIEIRA, 2001, PERONI, 2003, PEREIRA, 2005). Desse modo, entende-se que o papel do Estado é evidenciado não apenas como proponente de políticas por ele produzidas, mas também como implementador dessas, o que exige o estudo da legislação e de outros documentos pertinentes às temáticas das pesquisas, considerando-se que esses indicam as concepções da política educacional para a educação especial.

Para compreendermos de forma mais ampla a acentuada desigualdade que configura a herança político-cultural e histórica da sociedade brasileira, autores como Castel (2008), Martins (1997), Mészáros (2006) nos remetem à reflexão sobre as questões sociais e econômicas que permeiam os processos de exclusão/inclusão, nos quais também se inserem as pessoas com deficiência.

Frente à necessidade do confronto entre o movimento de uma dada sociedade e a teoria nela produzida para apreender as raízes do objeto investigado, as pesquisas são orientadas por princípios do materialismo histórico (MARX, 1987; 1998; 2003; GRAMSCI, 1980; 1991; MÈSZÁROS, 1987; 2006; 2009). Isso requer o entendimento de que as políticas públicas são implantadas e implementadas na contradição do movimento da sociedade, diante das pressões do movimento de globalização da economia capitalista, onde a escola pode ser o lugar de acesso e garantia de direitos por parte das populações desfavorecidas, como é o caso das pessoas com deficiência.

Objetivo

Este texto tem como objetivo apresentar o esboço de quatro pesquisas em andamento, referentes a três dissertações de mestrado e a uma tese de doutorado

desenvolvidas em uma universidade pública do estado de Mato Grosso do Sul. As pesquisas têm como eixo norteador o estudo de políticas da educação especial elaboradas pelo Governo Federal, no âmbito das políticas de educação inclusiva, com foco de investigação em dois municípios de Mato Grosso do Sul.

Metodologia

Por se tratar de pesquisas em andamento, este texto se limitou a explanar informações preliminares dos respectivos estudos, considerando-se que as análises são incipientes e estão em processo.

As duas primeiras dissertações centram suas análises tendo como referência o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, uma com ênfase no estudo do currículo e a outra na formação de professores. A terceira dissertação e a tese cujo interesse volta-se às ações do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” analisam, respectivamente, a relação entre o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais e o ensino comum e, a investigação nos recursos financeiros destinados para as salas de recursos multifuncionais.

Desenvolvimento

Em 2004, o município de Corumbá assumiu a posição de município-pólo do Programa do Governo Federal “Educação inclusiva: Direito à diversidade” e, a partir de então, passou a responsabilizar-se pela formação de professores e gestores da perspectiva da educação inclusiva em sua rede de ensino e em sua área de abrangência.

Visando investigar como as orientações emanadas pelo Programa em questão vêm sendo incorporadas pela política educacional de Corumbá no que se refere à questão curricular, a pesquisa “A inclusão de alunos com deficiência nas escolas da rede municipal de ensino de Corumbá/MS: flexibilidade curricular e adaptação um olhar nos projetos político-pedagógicos”, analisa como as políticas curriculares (na perspectiva da adaptação curricular) para alunos com deficiências

são abordadas nos projetos político-pedagógicos de quinze escolas da rede municipal de Corumbá (MS), no período de 2006 a 2008.

Como procedimento metodológico, o estudo se apóia na análise documental, sobretudo dos Projetos Político-pedagógicos das escolas municipais, referentes ao período estabelecido. Nesses documentos, a caracterização da clientela, o currículo e a avaliação foram tópicos escolhidos para análise, visto que traduzem o compromisso da escola, de acordo com os documentos norteadores em âmbitos nacional e municipal, como garantidores da viabilização do processo de inclusão, através da flexibilização curricular.

Das quinze escolas da rede municipal de ensino de Corumbá, doze possuem alunos com deficiência matriculados. Os dados coletados até o momento mostram que os projetos político-pedagógicos das escolas pesquisadas não trazem item específico que trate sobre currículo flexível ou adaptação curricular, denotando que a presença de um currículo que atenda as necessidades específicas dos alunos com deficiência ainda é negligenciada. Os documentos apenas registram um trecho em que abordam esses aspectos ao proporem um “processo educativo” e uma “metodologia curricular” considerando a “realidade de cada patologia” dos alunos, indicando a evidência de indícios sobre a questão do currículo. Todavia, esses dizeres aparecem de modo idêntico em todos os projetos analisados. Esses dados requerem análise mais profunda e indicam alguns questionamentos: Por que os projetos político-pedagógicos das escolas da rede municipal de ensino de Corumbá (MS) pouco reconhecem os alunos com deficiência? As escolas não se consideram aptas a fazer adaptação curricular? Os alunos “incluídos” continuarão a existir apenas estatisticamente nas matrículas?

Já no que tange à formação continuada de educadores para o atendimento educacional especializado proposta pelo Programa “Educação inclusiva: Direito à diversidade” em Corumbá, apontamos algumas inquietações: Como é a prática pedagógica do professor para com a criança especial? Como a formação profissional (teórico/prático), nesse caso formação continuada, do professor garante o aprendizado da criança com necessidades educacionais especiais?

Nessa direção, o estudo intitulado “A formação continuada e a prática pedagógica com alunos com necessidades educacionais especiais” se propõe a conhecer como o professor se apropria de conhecimentos apresentados em cursos de formação continuada para educação especial ou educação inclusiva no município de Corumbá.

O procedimento metodológico da pesquisa se dá por meio da análise de documentos e de pesquisa de campo, com o uso de entrevistas com professores da rede municipal da área urbana que atuam nos primeiros cinco anos do ensino fundamental e que tenham frequentado o curso de formação do Programa, bem como a observação em classes comuns dos professores que tenham alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

De acordo com informações levantadas na Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, os dados mostram que no ano de 2005, 88 profissionais participaram da formação oferecida pelo Programa e, em 2009, 73 profissionais. Esses números são relativos aos professores das áreas urbana e rural, de instituições particulares e de estudantes e professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, do *Campus* de Corumbá. Como a pesquisa centra o foco no levantamento de dados com professores das classes comuns da rede municipal da área urbana, nas análises, o quantitativo de profissionais apresentado será modificado.

Frente ao destaque dado pela atual política do Governo Federal aos atendimentos educacionais especializados, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais, cabe-nos investigar no âmbito municipal os desdobramentos do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, visando compreender como essa iniciativa do governo federal vem sendo implementada pelo poder público nos municípios de Corumbá e Campo Grande.

Desse modo, o estudo “As salas de recursos multifuncionais frente ao ensino regular na rede municipal de Corumbá/MS” pretende conhecer como ocorre a implementação das salas de recursos multifuncionais no município de Corumbá, visando analisar a relação existente entre a oferta do atendimento

educacional especializado e o ensino comum. O estudo tem como procedimento metodológico a análise de documentos e pesquisa de campo, com o uso de entrevistas e aplicação de questionários.

Nas informações preliminares indicadas pela pesquisa, de acordo com dados divulgados pelo Plano Municipal de Educação (2007), 130 alunos frequentam as salas de recursos dos sistemas de ensino de Corumbá (redes estadual e municipal), sendo que desses, 60 frequentam os atendimentos educacionais especializados da rede municipal.

Em 2007, foi implantada a primeira sala de recursos multifuncionais⁵ no município, obtida através do Edital n. 01/2007/MEC. Atualmente, a rede municipal de Corumbá tem em funcionamento quatro salas de recursos multifuncionais que atendem cerca de 60 alunos com vários tipos de deficiências de todas as escolas municipais, inclusive as da zona rural.

Para o atendimento nas salas de recursos, a rede municipal conta com cinco professores. Desses, apenas dois possuem especialização e vínculo efetivo com o município. Em uma das escolas, um único profissional é responsável pelo atendimento educacional especializado, com carga horária de 40 horas semanais. A cada vinte horas de trabalho, quatro delas devem ser reservadas para planejamento, mas nem sempre são cumpridas. O quadro apresentado permite-nos alguns questionamentos: Afinal, quem é o profissional do atendimento educacional especializado? Como o atendimento educacional especializado oferecido pela sala de recursos multifuncionais contribui com o ensino comum? Existe diálogo entre os professores das classes comuns e os do atendimento educacional especializado?

Com o intuito de explicitar a organização dos atendimentos em sala de recursos multifuncionais no município de Campo Grande, a pesquisa intitulada “Análise do Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais na rede municipal de ensino de Campo Grande” (REME), que tem como objetivo investigar

⁵ Do tipo I, que não atende alunos com deficiência visual, conforme anexo do Edital n. 01/2007/SEESP/MEC, disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/salasmultifuncionais.pdf>. Acesso: 27/06/2010.

e estudar, por meio do levantamento e análise de fontes, os recursos financeiros destinados para as salas de recursos multifuncionais na REME e os procedimentos da utilização desses recursos no atendimento educacional especializado.

Para a realização do estudo são adotados como procedimentos metodológicos: análise documental e pesquisa de campo para levantamento de dados sobre a implantação das salas e a legislação e documentos afins produzidos no período proposto pelo estudo. Aliado a esses procedimentos, será também elaborada revisão bibliográfica sobre o tema.

Os dados preliminares, levantados na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), apontam que, em 2005, foi criada na REME a primeira sala de recursos caracterizada como “multifuncional” para atender alunos com diversos tipos de deficiência⁶, implantada com recursos provenientes de projeto elaborado a partir de edital do Ministério da Educação (SEMED, 2009). A partir de 2007, as salas de recursos multifuncionais foram implantadas atendendo as orientações do Edital 01/2007/MEC. Segundo informações coletadas na SEMED, essas se diferenciam das demais salas de recursos (as não multifuncionais) porque são implantadas com equipamentos e materiais como prevê o referido edital, sendo que as demais salas de recursos ainda são mantidas com recursos financeiros do poder público municipal, sem todos os equipamentos.

Em 2008, a implantação das salas de recursos multifuncionais na REME foi respaldada pelo Decreto n. 6.571/2008, para prestar atendimento especializado nas várias áreas de deficiências (tipos I e II⁷). As salas de recursos multifuncionais em 2009 passaram a funcionar em 34 escolas do universo de 88 unidades escolares da REME, com previsão de continuidade de expansão para o ano de 2010. Além dessas, ainda se mantêm em funcionamento algumas salas de recursos não multifuncionais (SEMED, 2009).

⁶ Com exceção dos alunos com deficiência visual.

⁷ Conforme anexo do Edital n. 01/2007/SEESP/MEC, referendado neste estudo.

Registra-se que nos exercícios de 2005 a 2008, para o desenvolvimento de suas ações, a Secretaria Municipal de Educação contou com os seguintes valores de orçamento: R\$ 679.438.282,00 de valores programados e R\$ 769.788.824,17 de valores executados (PMCG, 2008). Diante da investigação proposta, cabe indagar: Desse quantitativo, o quanto de recursos financeiros foi destinado para a educação especial e, mais especificamente, para as salas de recursos multifuncionais da REME? Se destinados, quais foram os procedimentos da utilização desses recursos no atendimento educacional especializado? Se as salas de recursos multifuncionais são implantadas com recursos oriundos do governo federal, de que forma ocorre a sua manutenção pelo poder público municipal?

Considerações preliminares

A proposta de uma educação que se denomina inclusiva infere na atuação dos poderes públicos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal no desenvolvimento das ações e dos programas, como forma de subsidiar a efetivação das políticas por eles próprios estabelecidas. No caso dos objetos de pesquisa apresentados neste texto, cujos focos são o “Programa Educação inclusiva: Direito à diversidade” e o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, é oportuno assinalar que tanto os avanços legais como os relativos às ações das políticas para a educação especial nos referidos municípios após os anos 2000, são inegáveis. Porém, alguns desencontros entre a proposição das políticas em nível federal e as respectivas realidades municipais devem ser avaliados, em decorrência dos indícios observados sobre a dificuldade de incorporação, por parte desses municípios, em atender amplamente as orientações da política nacional de educação especial que visa à educação inclusiva.

As pesquisas aqui apresentadas, no momento, se constituem mais por questionamentos do que por análises que possam elucidar os seus objetos de estudo. Todavia, ao finalizá-las almejamos alcançar os objetivos propostos e

cumprir a tarefa de colaborar com as investigações no campo da educação especial que se pautam nas discussões sobre as políticas públicas.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino e o poder local. **Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo: ano 8, n. 14, 1989.

AZEVEDO, J. M. L. de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 49-71. 2002.

_____. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007a.

_____. **Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007b.

_____. **Edital n. 01 de 26 de abril de 2007**. Brasília, 2007c.

_____. **Parecer CNE/CEB n.17, de 15 de agosto de 2001**. Estabelece os subsídios para a elaboração de norma que instituirá as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2003.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 1999.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: SEESP, 2004.

BRASIL. **Educação inclusiva: direito à diversidade**. Documento orientador. Brasília, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.> Acesso em 20 mai. 2008a.

_____. **Decreto n. 6.571/2008** que institui o atendimento educacional especializado. Brasília, 2008b.

_____. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** Programas e ações. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=826.> Acessado em abril de 2010.

_____. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BUENO, C; KASSAR, M. de C. M. Público e privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In: **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 119-135.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle. **Relatório de Atividades.** Campo Grande, 2008.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Divisão de Educação Especial.** Campo Grande, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2008.

CORUMBÁ. **Plano Municipal de Educação de Corumbá/MS.** Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania. Secretaria Executiva de Educação, 2007.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100-Especial, p. 921-946, out. 2007.

FERREIRA, J. R. Financiamento da educação básica: o público e o privado na educação especial brasileira. Trabalho apresentado na Sessão especial: **Financiamento da educação básica: desafios e perspectivas.** In: 29ª Reunião Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. ANPEd. Caxambu – MG, 2006.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial.** 216p. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, 2004.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Concepção dialética da história.** 9. ed. Rio de Janeiro: E. Civilização Brasileira, 1991.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes.** Centro de Estudos Educação e Sociedade. Políticas Públicas e Educação. Campinas, SP: n. 55, p. 30-41, 2001.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **Para uma crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1987. p. 1-32 e 163 – 214. (Os pensadores).

_____. Do posfácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de O Capital In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras Escolhidas.** Vol. 1, 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

_____. **Contribuição a Crítica da Economia Política.** 2^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Prefácio).

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social.** Trad. Mário Duayer. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **A crise estrutural do capital.** Trad. de Francisco Raul Carnejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Traduzido por: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. 2^a reimpressão, 2006.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/cadernos_mar_e/CADERNO1.PDF>. Acesso em 27 mai. 2005.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental**: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. 2009. 239p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

PRIETO, R. G. Pesquisa sobre políticas de atendimento escolar a alunos com necessidades educacionais especiais com base em fontes documentais. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. B.(Orgs.) **Pesquisa e educação especial**: mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2006. p. 39-57.

SADER, E. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.

SHIROMA, E. et al. **Política educacional**. (Coleção O que Você Precisa Saber Sobre...). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 1990. In: **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 17-26.